

*Como citar (APA): Silva, U. A. dos S., & Techio, E. M. (2026) Psicologia e pobreza: uma revisão da literatura no período de 2012 a 2022. *Psi Unisc*, 10, Artigo e20098. <http://doi.org/10.17058/psiunisc.v10i.20098>

Tipo de Artigo: Revisão Teórica

Psicologia e pobreza: uma revisão da literatura no período de 2012 a 2022¹

Psicología y pobreza: una revisión de la literatura en el periodo 2012-2022

Psychology and poverty: a literature review from 2012 to 2022

Ueliton André dos Santos Silva

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - BA/Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2595-7998>

E-mail: ueliton_andre@hotmail.com

Elza Maria Techio

Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador - BA/Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8229-7674>

E-mail: elzamt400@gmail.com

¹ Os autores declaram que este trabalho se configura como um recorte da tese de doutorado — que se encontra em fase de desenvolvimento — do primeiro autor, no entanto, trata-se de uma contribuição original e inédita, não tendo sido submetida ou publicada em outro periódico científico.



Resumo

Introdução: A pobreza se apresenta como um fenômeno de longa duração cujas raízes históricas assumem diferentes formas e expressões nas diversas sociedades através dos séculos. **Objetivo:** Sob esse cenário, o presente trabalho teve por objetivo analisar as principais características e tendências dos estudos empíricos sobre a pobreza, produzidos no âmbito da Psicologia entre 2012 e 2022. A análise abrangeu os âmbitos nacional e internacional, dedicando-se especial atenção à problemática da pobreza no cenário brasileiro. **Método:** Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura nas plataformas SciELO, Index Psicologia e Redalyc, utilizando os descritores “pobreza” e “poverty”. Dos 3.469 trabalhos identificados, foram selecionados 67 artigos para análise após a aplicação dos seguintes critérios de inclusão: presença dos descritores no título, resumo ou palavras-chave; publicação entre 2012 e 2022; natureza empírica; e redação em inglês, português ou espanhol. **Resultados:** Os achados indicam o protagonismo dos países latino-americanos na produção sobre o tema, com destaque para o Brasil. A maioria dos artigos concentra-se nos campos da Psicologia Social e da Psicologia do Desenvolvimento, com maior incidência dos métodos qualitativos e abordagens multidimensionais. Observou-se, contudo, que diversos trabalhos não aprofundam a discussão teórica sobre a pobreza, tratando-a unicamente como uma variável caracterizadora da amostra. **Conclusão:** Ressalta-se a relevância de novas pesquisas que posicionem a pobreza como objeto central de investigação, visando promover análises mais abrangentes sobre o fenômeno e seus desdobramentos no campo psicológico e na vida dos indivíduos.

Palavras-chave: desigualdade; pobreza; psicologia.

Resumen

Introducción: La pobreza se presenta como un fenómeno de larga duración cuyas raíces históricas adquieren diferentes formas y expresiones en diversas sociedades a lo largo de los siglos. **Objetivo:** En este contexto, el presente estudio tuvo como objetivo analizar las principales características y tendencias de los estudios empíricos sobre pobreza producidos en el campo de la Psicología entre 2012 y 2022. El análisis abarcó los ámbitos nacional e internacional, dedicando especial atención a la problemática de la pobreza en Brasil. **Método:** Para ello, se realizó una revisión de la literatura en las plataformas SciELO, Index Psicología y Redalyc, utilizando los descriptores “pobreza” e “poverty”. De los 3.469 trabajos identificados, se seleccionaron 67 artículos para el análisis tras la aplicación de los siguientes criterios de inclusión: presencia de los descriptores en el título, resumen o palabras clave; publicación entre 2012 y 2022; naturaleza empírica; y redacción en inglés, portugués o español. **Resultados:** Los hallazgos indican el protagonismo de los países latinoamericanos en la producción sobre el tema, con destaque para Brasil. La mayoría de los artículos se concentra en los campos de la Psicología Social y de la Psicología del Desarrollo, con predominancia de métodos cualitativos y enfoques multidimensionales. Se observó, sin embargo, que diversos trabajos no profundizan en la discusión teórica sobre la pobreza, tratándola apenas como una variable de caracterización de la muestra. **Conclusión:** Se destaca la necesidad de nuevas investigaciones que posicionen la pobreza como objeto central de investigación, con el fin de promover análisis más integrales sobre el fenómeno y sus implicaciones en el campo psicológico y en la vida de los individuos.

Palabras-clave: desigualdad; pobreza; psicología.

Abstract

Introduction: Poverty presents itself as a long-lasting phenomenon whose historical roots take on different forms and expressions in various societies throughout the centuries. **Objective:** Given this scenario, this article aimed to analyze the main characteristics and trends of empirical

studies on poverty conducted within the field of Psychology between 2012 and 2022. The analysis encompassed both national and international scopes, devoting special attention to the issue of poverty in Brazil. **Method:** To this end, a literature review was conducted across the SciELO, Index Psicologia, and Redalyc databases, using the descriptors “pobreza” and “poverty”. Of the 3.469 identified works, 67 articles were selected for analysis after applying the following inclusion criteria: presence of the descriptors in the title, abstract, or keywords; publication between 2012 and 2022; empirical nature; and written in English, Portuguese, or Spanish. **Results:** The findings indicate the prominence of Latin American countries in the research production on this topic, with a particular focus on Brazil. Most articles are concentrated in the fields of Social Psychology and Developmental Psychology, with a predominance of qualitative methods and multidimensional approaches. It was observed, however, that several studies do not provide an in-depth theoretical discussion of poverty, treating it merely as a variable for sample characterization. **Conclusion:** It is important to underscore the need for further research that positions poverty as a central object of investigation, aiming to promote more comprehensive analyses of the phenomenon and its implications both within the psychological field and in individuals' lives.

Keywords: inequality; poverty; psychology.

Introdução

A pobreza é um fenômeno cuja história e manifestação perduram em nossa sociedade sob diferentes formas e configurações ao longo do tempo. Em escala global, estima-se que, em média, 1,3 bilhão de indivíduos vivenciem a situação de pobreza (ONU, 2021). No decorrer de 2021, o Brasil alcançou a marca de aproximadamente 63 milhões de pessoas em situação de pobreza, marcando o ponto mais elevado na série histórica iniciada em 2012 para o monitoramento dos níveis de pobreza no território nacional (Neri, 2023).

No decorrer dos anos, a pobreza tem sido objeto de investigação em diferentes áreas, incluindo a Psicologia, a Geografia, a Sociologia e a Economia, entre outras disciplinas. No contexto da Psicologia, quando analisamos o histórico das produções, observamos que os primeiros estudos sistemáticos sobre o tema surgiram a partir da aproximação dos profissionais da área com as demandas das camadas populacionais mais vulneráveis, que até então haviam sido negligenciadas — minorias étnicas e raciais, pessoas em situação de pobreza e pobreza extrema etc. (Baima & Guzzo, 2019).

Dentro desse panorama, os dados estatísticos operam evidenciando a extensão do problema em termos de renda e privações; contudo, a literatura crítica (Baima & Guzzo, 2019; Mendes & Costa, 2018) convida-nos a ir além das métricas monetárias — ex: renda domiciliar *per capita* abaixo de US 5,50/dia —, assimilando a pobreza como a expressão aguda da “questão social”, que se inscreve na história humana mediante as contradições do modelo de produção capitalista. Esse cenário evidencia a urgência da condução de estudos que viabilizem um amplo entendimento das múltiplas dimensões que estruturam a pobreza.

Frente à literatura consultada, constata-se que, embora a pobreza se apresente em alguns trabalhos no campo da Psicologia, esse fenômeno ainda não é assimilado como um ponto central nesse campo (Dantas et. al., 2010; Mendes & Costa, 2018). Isso posto, Dantas et. al. (2010, p. 107) indicam que as pesquisas desenvolvidas no Brasil sobre o assunto “[...] parecem não ter qualquer preocupação com a pobreza como um fenômeno da sociedade brasileira”, visto que o recorte acerca de pessoas nessa condição visa apenas atender a demandas específicas dos estudos.

A escassez de pesquisas no campo da Psicologia, apontada por Dantas et. al. (2010) e corroborada por Mendes e Costa (2018), revela um predomínio de estudos que relatam experiências de profissionais em contextos de pobreza, descrevem as condições de vida de populações empobrecidas e investigam o desenvolvimento e o desempenho escolar de crianças e adolescentes em situação de pobreza. Esses estudos, no entanto, tratam a pobreza de forma geral, sem posicioná-la como um tema central, o que destaca a necessidade de um maior aprofundamento das pesquisas que vierem a se debruçar sobre o assunto.

De modo a contribuir para superar essa lacuna, este trabalho analisou as principais características e tendências dos estudos empíricos sobre pobreza realizados no campo da Psicologia entre 2012 e 2022. A construção analítica abarcou os âmbitos nacional e internacional, dedicando-se especial atenção à problemática da pobreza no Brasil. Para tanto, adotou-se uma metodologia qualitativa de caráter bibliográfico. A organização do texto inclui a revisão das concepções sobre pobreza, a discussão sobre as contribuições da Psicologia Latino-Americana, o detalhamento dos procedimentos metodológicos e a apresentação dos resultados, promovendo reflexões que possam orientar pesquisas futuras no campo.

1. A polimorfia conceitual acerca da pobreza

Alcançar uma definição consensual acerca da pobreza representa um desafio devido à sua natureza multifacetada. Diante dessa complexidade, diversos pesquisadores têm se empenhado em investigar este fenômeno sob diferentes perspectivas. Entre as abordagens discutidas na literatura, mencionam-se a concepção monetária e a privação de capacidades. Na perspectiva monetária, a renda é o elemento central e se subdivide em: pobreza absoluta ou

extrema e pobreza relativa. A pobreza extrema se refere àquelas situações em que as pessoas não possuem acesso aos recursos básicos para a sua subsistência. Por sua vez, a pobreza relativa é determinada pela renda média nacional (Crespo & Gurovitz, 2002).

Quando analisada na perspectiva de privação de capacidades, a pobreza é concebida como um fenômeno multidimensional, indicando que sua leitura e compreensão não devem ser restritas a termos monetários (Sen, 2018). Ao ser assimilada como um fenômeno multidimensional, sua análise e interpretação devem focar suas múltiplas dimensões: a capacidade de obter uma nutrição adequada, a possibilidade de viver um padrão de vida adequado e ter acesso à saúde e educação de qualidade.

Conforme Pereira (2006), a escassez e a distribuição desigual de recursos são fatores significativos para a compreensão da pobreza, tanto no contexto internacional como nacional. No cenário brasileiro, a má distribuição de recursos é considerada um elemento crucial para compreensão não apenas da origem da pobreza, mas também dos mecanismos de ação e retroalimentação desse fenômeno. Segundo dados do *Relatório Mundial da Desigualdade de 2022*, o Brasil apresenta um dos maiores índices de desigualdade global. Sabendo que a desigualdade econômica está ligada à distribuição desigual de renda em um território, os dados revelam que os 10% mais ricos do país detêm 59% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres recebem 10% (Chancel et al., 2022).

Frente a tais questões e implicações, torna-se fundamental trilhar um caminho crítico e reflexivo que permita compreender não apenas os efeitos e as expressões da pobreza na sociedade, mas sobretudo os pontos de sua geração e manutenção. Nesse sentido, é importante contextualizar os delineamentos sociais e históricos que moldaram a desigualdade estrutural e sistemática na sociedade brasileira.

1.1.1 O período colonial e suas ramificações na realidade brasileira

Ao tomarmos como referência as produções históricas, podemos situar as ações coloniais como constituintes de um suposto projeto da modernidade. Tal empreendimento europeu teve início em meados do século XVI e se concretizou no século XVII com a eclosão do capitalismo e com a fase inicial da industrialização no século XVIII (Siqueira, 2009). Para compreender esse projeto, é importante retomarmos alguns pontos iniciais de sua elaboração e difusão. Com as novas configurações sociais que emergiram a partir do Renascimento, a concepção do ser humano como centro do mundo ganhou força e difusão (Nogueira, 2011). Entretanto, a definição de humanidade na época não contemplava a concepção contemporânea de inclusão e igualdade, sendo estruturada em fatores sociais, culturais e filosóficos que privilegiavam a elite — nobres, clérigos e intelectuais.

As Grandes Navegações expandiram o projeto de modernização, ajustando-se rapidamente à colonização do Brasil. Submetido à condição de colônia portuguesa, o país experimentou uma dinâmica assimétrica de domínio entre metrópole e colônia. Essa dinâmica de explorador e explorado, dominação e dependência, permeou as diferentes esferas e relações que se formaram no território brasileiro (Lopez, 1983). Nesse cenário, ao longo de mais de três séculos, o povo negro exerceu um papel crucial na sustentação das principais atividades econômicas do Brasil (Lopez, 1983). A exploração via escravização de forma legitimada teve fim por meio da Lei nº 3353 — Lei Áurea —, assinada no dia 13 de maio de 1888. Esta lei marcou o fim da legalidade da escravização; entretanto, não houve a provisão de meios para a inserção social dos ex-escravizados na vida em sociedade (Nogueira, 2011).

Nesse enredo, uma das preocupações dos senhores de engenho com a questão da abolição residia na possibilidade de que os escravizados, ao serem libertos, viessem a deixar as fazendas onde eram explorados. Diante disso, esses personagens buscavam despertar o sentimento de gratidão pela concessão da liberdade tão almejada, bem como implementar medidas que buscavam conter não apenas o êxodo rural entre os “recém-libertos”, mas

sobretudo o poder de escolha dessa população, por meio da imposição de barreiras sociais e materiais. Assim sendo, o pleno exercício da liberdade se colocava como um desafio, pois as barreiras impostas, visando impedir o acesso direto ao uso da terra, reduziam de forma expressiva as possibilidades de escolha dos “recém-libertos”, deixando-os em uma condição de dependência dos antigos senhores (Rios & Mattos, 2004).

Após o suposto fim da escravidão e, conseqüentemente, o fim da exploração de pessoas, emergiram discussões que proclamavam que o Brasil, a partir daquele momento, seria um país alicerçado no princípio da igualdade. Muitos argumentavam que não havia mais a necessidade de revisitar o passado, enfatizando a necessidade de direcionar o olhar para o futuro (Moraes, 2013). No entanto, a realidade mostrou que, com a abolição, a racialização, a discriminação, a exploração e o preconceito não foram eliminados. Esses elementos ainda permeiam o cotidiano brasileiro, bem como em diferentes países latino-americanos.

Tal argumentação destaca a complexidade e os desafios oriundos da escravidão. Assim, é perceptível que a realidade de uma sociedade não é o resultado de uma abiogênese social, mas antes é produto das relações humanas. Ao concebermos a modernidade como uma construção humana situada em um espaço e tempo permeado por ideologias e interesses, os ritmos e ciclos da desigualdade social e econômica são apontados como resultantes de escolhas e interesses humanos, e não como fatalidades espontâneas inerentes ao ser (Martins, 2012).

1.1.2 Modernidade e desigualdade: a dialética da pobreza

Com o propósito de elaborar uma discussão abrangente acerca da pobreza, recorreremos à Teoria Marxista da Dependência (TMD) para refletir sobre as conexões que impulsionam e retroalimentam diferentes fenômenos e processos em nossa sociedade (Borges Neto, 2011), incluindo o racismo, a pobreza e a desigualdade (Nery, 2024). Essa abordagem tem conquistado espaço e relevância nos âmbitos social, político, econômico e acadêmico, em virtude de sua capacidade explicativa acerca de questões como a desigualdade social e econômica, o intercâmbio desigual entre países e a persistência da pobreza.

Em vista disso, a TMD nos possibilita compreender e problematizar os conceitos de intercâmbio desigual e subdesenvolvimento estrutural, proporcionando uma compreensão aprofundada da pobreza na atualidade. Nessa linha analítica, o intercâmbio desigual sugere o desequilíbrio em transações econômicas, permitindo que uma das partes se beneficie muito mais do que a outra, ou seja, estamos diante do alicerce sob o qual se edifica a transferência sistemática de valor das economias periféricas para as economias centrais. Por conseguinte, o subdesenvolvimento estrutural ressalta que a desigualdade não se restringe à falta de recursos, mas sim à criação e manutenção de estruturas que perpetuam desvantagens nas transações e relações econômicas (Luce, 2018).

Embora os conceitos mencionados tenham sido inicialmente empregados para analisar as relações econômicas desiguais entre países centrais e periféricos, tais categorias revelam-se igualmente úteis para examinar as disparidades que moldam o cenário social, tanto em âmbito nacional quanto internacional, na atualidade. A exemplo dessa colocação, podemos citar a própria evolução estrutural do capitalismo como intrinsecamente ligada ao empobrecimento da classe trabalhadora por meio da exploração e ao enriquecimento das chamadas elites através da acumulação e concentração do capital e do domínio dos meios de produção. Nesse cenário, é recorrente o uso de pessoas em situação de pobreza como reserva de mão de obra para a retroalimentação dessa estrutura.

Sob esse prisma, a pobreza pode ser considerada como produto de relações históricas de exploração de povos e nações, manifestando-se em diferentes aspectos como estratificações e relações de classes e grupos no interior das sociedades. Mesmo após a abolição da escravidão, a lógica operacional fundamentada na exploração e desumanização não cessou. As raízes desse passado continuam a moldar indicadores modernos de desigualdade e a

condicionar a realidade territorial de muitos países, inclusive a brasileira (Nery, 2024). Como exemplo dessa situação, é possível citar o estado do Maranhão: historicamente um dos estados com maior proporção de população escravizada, é hoje a unidade da federação mais pobre e a mais afetada pelo trabalho escravo contemporâneo, segundo o Ministério Público do Trabalho (G1 MA, 2020). Isso evidencia os casos de pessoas submetidas a condições de trabalho “análogas à escravidão” em grandes conglomerados econômicos, frequentemente multinacionais, como apontado por Martins (2012).

Ao analisar os dados apresentados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Fraga (2024) aponta que, no ano de 2023, o Brasil registrou o maior número de denúncias de trabalho em “condição análoga à escravidão” da história do país. Em um movimento retrospectivo acerca do último triênio, nota-se que, em 2021, foram registradas 1.915 denúncias; em 2022, esse número subiu para 2.119 e, em 2023, atingiu 3.442 (Brasil, 2024). Ou seja, observa-se um processo de exploração em curva ascendente no país.

A discussão apresentada permite refletir sobre os mecanismos sociais, institucionais e econômicos que perpetuam práticas de exploração e desumanização, frequentemente disfarçadas de modernidade e progresso. Nesse contexto, a pobreza e a riqueza não são fenômenos isolados, mas partes de um processo dialético (Borges Neto, 2011). Como postulado por Nery (2024), o próprio Estado retroalimenta essa dinâmica, atuando como um “Robin Hood às avessas”, de modo que as camadas mais ricas capturam a maior parte dos recursos estatais, ao mesmo tempo em que se sustenta a exploração e a pauperização das populações desfavorecidas. Com base nessa análise, a próxima seção abordará como essas questões se manifestam na realidade brasileira, em diálogo com ideias e formulações da Psicologia no contexto latino-americano.

1.2 O contexto latino-americano e o papel ético político e social da Psicologia

Conforme exposto por Santos Junior (2020), o campo de disputa e reivindicações que caracterizam o cenário latino-americano perpassa diferentes esferas, quer dizer, as disputas se inserem no campo social, político, identitário, econômico e histórico. Sob essa trama, a própria historiografia da terminologia “América Latina” se assenta nesse campo de disputa. Segundo o autor, a elaboração da noção de América Latina foi atravessada por interesses geopolíticos de cunho imperialista e disputas hispano-americanas, mas também de demarcação de resistência e da consolidação de uma significação em prol da afirmação identitária.

Ao analisar a trajetória histórica da América Latina, constata-se a vigência de múltiplas formas de exploração e silenciamento. Nesse cenário, o processo colonizador emerge como um dos elementos que entrelaçam a história dessas nações (Rosa et. al., 2020). Contudo, a colonização e sua política de exploração não foi o único elemento impeditivo para a consolidação de sociedades justas e igualitárias nesse território. Para além dos efeitos da colonização, os impactos oriundos das ditaduras militares que se estabeleceram em muitos desses países exprimem os desafios que ainda se fazem presente na atualidade, dos quais, é possível citar a desigualdade, a pobreza e a exclusão.

Durante um período significativo do século XX, vários países latino-americanos estiveram submetidos a regimes ditatoriais, caracterizados por governos autoritários e violações dos direitos humanos (Neves, 2022). A título de exemplo, é possível citar: o regime de Augusto Pinochet no Chile (1973-1989), as ditaduras militares na Argentina (1976-1984) e no Brasil (1964-1985), conforme Padrós (2017). Nesse cenário, é observado que, à medida que os regimes ditatoriais tomavam o poder, medidas de repressão e controle social eram postas em ação; dentre elas, é possível citar a repressão de posições políticas divergentes, a limitação da liberdade de expressão, a prisão, o exílio, a tortura e o assassinato daqueles que eram considerados dissidentes (Correia & Dantas, 2017; Fregonezi & Priori, 2017).

Nas décadas de 1980 e 1990, uma nova conjuntura social emergiu. Com o fim da Guerra Fria, a disputa entre União Soviética e Estados Unidos pelo poder global entrou em declínio, contribuindo para o enfraquecimento de regimes autoritários e a busca por sistemas democráticos. Nesse contexto, muitos países latino-americanos passaram por transições políticas, adotando a democracia como forma de governo. No Brasil, fatores como a abertura política, a mobilização popular, a concessão de anistia e as eleições indiretas impulsionaram o processo de redemocratização. Contudo, o legado das ditaduras ainda persiste em muitos países, especialmente em questões de justiça e igualdade (Silva, 2013).

No contexto brasileiro, a Psicologia se inseriu em duas vertentes distintas. A primeira foi marcada pelo silêncio e pela aliança de muitos profissionais com os interesses dos detentores do poder, influenciados pelo medo e pelo controle social gerados pelo caos instaurado na sociedade (Baima & Guzzo, 2019; Correia & Dantas, 2017). A segunda vertente, composta por um grupo menor de profissionais, estudantes e professores, buscou resistir às práticas conformistas, criando ações para enfrentar a opressão da ditadura militar (Correia & Dantas, 2017). Essa última perspectiva revela a implicação de alguns psicólogos com questões históricas e sociais, indo além dos sinais e sintomas observados em contextos organizacionais, clínicos e educacionais — áreas de maior atuação profissional na época (Bock, 2004).

Será, efetivamente, com o processo de redemocratização que a Psicologia ganhará novos espaços de atuação (Correia & Dantas, 2017). Esse fato levará os profissionais a se aproximarem com maior força de questões até então negligenciadas, a exemplo, a desigualdade, a exclusão e a pobreza. Esses acontecimentos estreitaram os laços entre os psicólogos e psicólogas e as demandas das pessoas menos favorecidas social e economicamente (Baima & Guzzo, 2019).

Diante das novas demandas, surgiram concepções e propostas teóricas sobre a prática profissional, como a Psicologia Latino-Americana. Essa abordagem promove uma reflexão sobre a importância de uma Psicologia crítica e sensível às diversidades culturais, sociais e econômicas que moldam a existência dos indivíduos. Esse posicionamento ressalta que o ser humano não está deslocado no tempo e no espaço, pois o contexto social influencia seu desenvolvimento. Embora tenha potencial para transformar o meio, o indivíduo nasce em um ambiente estruturado por regras, leis, papéis e categorizações sociais (Bock, 2004).

O trabalho dos psicólogos e psicólogas e a produção de conhecimento em Psicologia são profundamente influenciados pelos contextos sociais, culturais e políticos. A prática psicológica, em qualquer área, possui uma dimensão política que não pode ser ignorada (Yamamoto, 2012). Para que a Psicologia seja crítica e engajada com a realidade, é essencial abordar questões sociais como fome, violação de direitos humanos e as diversas formas de violência. Nesse sentido, é necessário superar concepções conformistas, moralistas, higienistas e psicologizantes, que naturalizam os comportamentos humanos (Silva, 2013). Esses pontos reforçam a influência das relações históricas, políticas e sociais na organização da sociedade, destacando a importância de uma abordagem crítica e reflexiva para compreender determinados fenômenos.

Diante de tais questões, emerge o desafio de definir o compromisso ético, político e social da Psicologia, enquanto ciência e profissão, no cenário latino-americano. A elaboração de respostas a esses questionamentos revela-se complexa, dada a pluralidade epistemológica da área. Estabelecer uma única forma de compromisso resultaria na redução da diversidade de práticas realizadas em diferentes campos de atuação. No entanto, é essencial que os psicólogos e psicólogas reconheçam que suas ações são políticas e estão ligadas às relações de poder que estruturam a sociedade. Embora não seja função direta de uma categoria profissional transformar o sistema social, os profissionais podem exercer suas atividades como agentes de transformação por meio de suas práticas (Yamamoto, 2012).

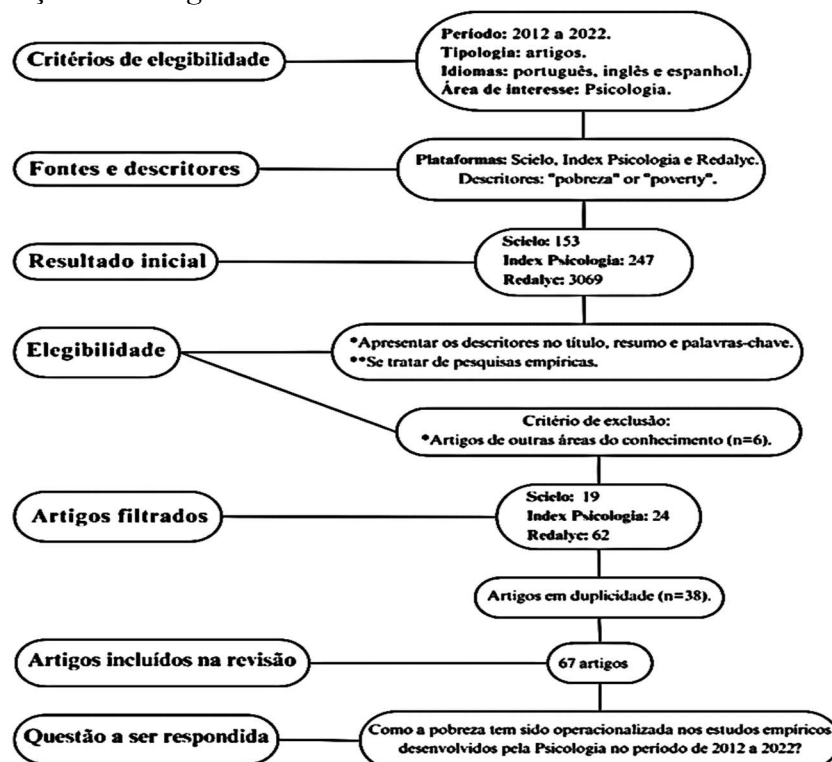
A impossibilidade de uma atuação neutra em Psicologia evidencia o compromisso ético e político dos profissionais, que devem atuar ativamente na transformação social. Embora a reestruturação da sociedade não seja a função primária da Psicologia, a área exige um posicionamento crítico (Yamamoto, 2012) frente a fenômenos como racismo, sexismo, preconceito e pobreza (Silva, 2013). Esse compromisso envolve propor projetos, participar de debates sobre políticas públicas e conduzir pesquisas que aprofundem a compreensão desses fenômenos e seus impactos psicossociais. Ressalta-se, assim, a importância da profusão de campos de ação que rompam o ciclo de dependência, como o descrito pela Teoria Marxista da Dependência, uma vez que a desigualdade compromete a dignidade humana e perpetua a exploração (Borges Neto, 2011). Desse modo, em cenários como o latino-americano, marcado pela opressão e desigualdades, a Psicologia precisa construir um arcabouço teórico e prático que contemple essas realidades, promovendo o fortalecimento da democracia, a garantia dos direitos humanos e a isonomia (Silva, 2013).

2. Metodologia

A presente revisão de literatura teve por objetivo analisar as principais características e tendências nos estudos empíricos sobre pobreza realizados pela psicologia no período de 2012-2022. A análise abrangeu os âmbitos nacional e internacional, dedicando-se especial atenção à problemática da pobreza no Brasil. Para o levantamento dos artigos, foram aplicados os descritores “Pobreza” or “Poverty” nas plataformas Scielo, Index Psicologia e Redalyc. A seleção dos artigos se deu a partir dos seguintes critérios de inclusão: apresentar os descritores no título, no resumo ou nas palavras-chave; ser de trabalhos publicados no período de 2012 a 2022; se tratar de pesquisas empíricas; e ser um trabalho publicado em inglês, português ou espanhol. Os dados foram analisados com o auxílio do *software Orange Canvas* na versão 3.35. Os procedimentos descritos podem ser verificados na Figura 01.

Figura 1

Procedimentos e seleção dos artigos



Nota. Figura elaborada pelos autores (2024).

3. Resultados e discussão

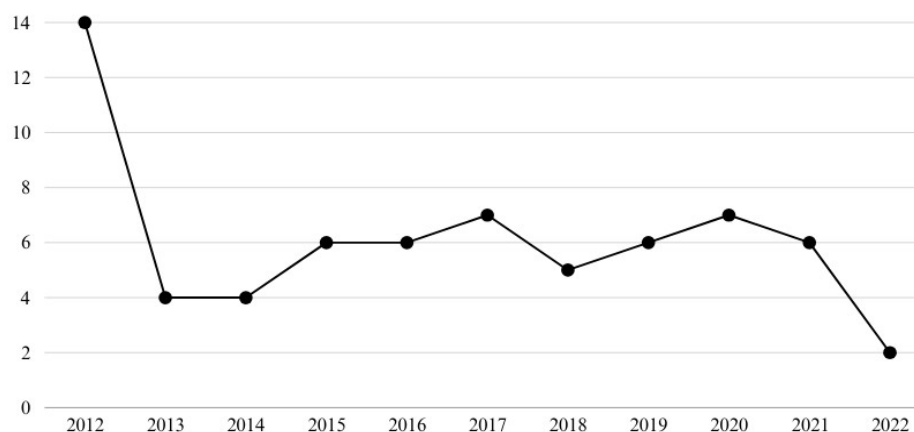
Da busca inicial nas plataformas selecionadas resultaram 3.469 trabalhos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 105 artigos, dos quais 38 trabalhos foram excluídos por estarem em duplicidade, resultando em 67 artigos para a composição do banco de dados a ser analisado.

Os artigos selecionados foram classificados nas seguintes áreas: Psicologia da Saúde (n=7), Psicologia Social (n=29), Psicologia Escolar (n=6), Psicologia Comunitária (n=8) e Psicologia do Desenvolvimento (n=17). Sobre os aspectos metodológicos desses estudos, observamos a utilização de diferentes métodos de pesquisa, sendo eles predominantemente qualitativos (n=33), seguidos por métodos quantitativos (n=29) e quali-quantitativos (n=5). Em relação às estratégias de coleta de dados, identificamos que 16 estudos recorreram unicamente a questionários, 15 adotaram métodos mistos, 24 empregaram entrevistas semiestruturadas e 12 recorreram a outros instrumentos. Quanto à abordagem adotada em relação à pobreza, constatamos que 27 artigos adotaram a perspectiva multidimensional, 15 optaram por uma perspectiva de base monetária e 25 trabalhos não apresentaram uma definição ou concepção objetiva sobre o que consideravam como pobreza.

Com relação ao número de publicações, identificamos uma média anual de 6,09 trabalhos publicados no período analisado. O ponto mais elevado se refere ao ano de 2012, com 14 publicações, enquanto o menor número de publicações é verificado no ano de 2022, com apenas 2 trabalhos. De maneira global, nota-se uma estabilidade no número de publicações, exceto nos anos de 2012 e 2022 — pontos de maior e menor índice de publicações, respectivamente — conforme é possível constatar no Gráfico 1.

Gráfico 1

Distribuição dos trabalhos por ano de publicação



Nota. Gráfico elaborado pelos autores (2024).

Ao contextualizarmos esses dados com o cenário pandêmico vivido entre 2020 e 2022, é notável que, mesmo diante da intensificação dos impactos desse contexto sobre as pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica (Fiocruz, 2020), houve uma tendência de declínio gradual na produção de pesquisas sobre essa temática no campo da Psicologia. Por conseguinte, ao analisarmos os países nos quais os estudos foram conduzidos, constata-se que 33 artigos foram produzidos no Brasil, 5 na Argentina, 5 na Colômbia, 4 em Portugal, 4 no México, 3 no Uruguai, 3 no Chile, 2 na Espanha, 1 no Porto Rico e 1 na Venezuela.

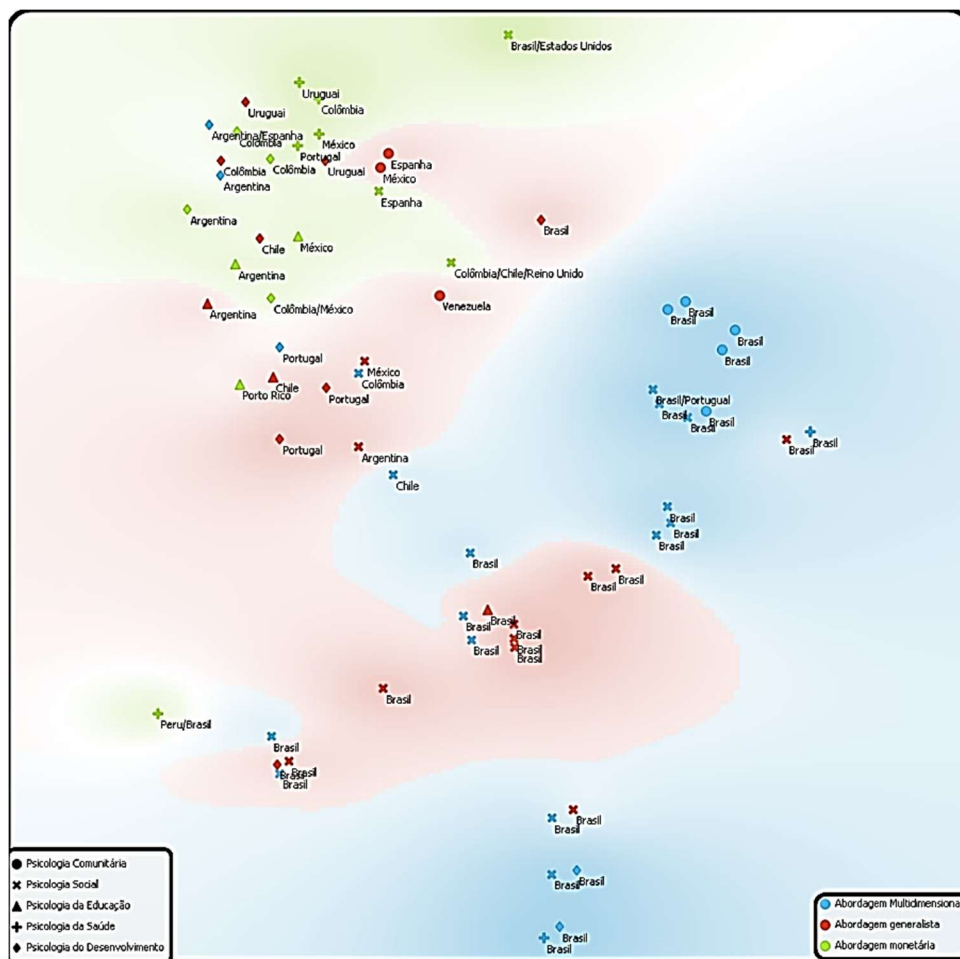
Foi observado, ainda, o desenvolvimento de estudos em colaboração entre pesquisadores de diferentes países, incluindo Argentina/Espanha (1 artigo), Brasil/Estados Unidos (1 artigo), Brasil/Portugal (1 artigo), Colômbia/Chile/Reino Unido (1 artigo),

Colômbia/México (1 artigo) e Peru/Brasil (1 artigo). Ao examinarmos de forma mais específica os trabalhos publicados por pesquisadores brasileiros, constatamos que 15 foram desenvolvidos no Nordeste, 8 no Sudeste, 5 no Norte e Sul, e 1 no Centro-Oeste. Adicionalmente, foram identificados trabalhos desenvolvidos por meio de parcerias nacionais: Nordeste/Sudeste (n=1) e Nordeste/Sul (n=1).

Com o objetivo de esquematizar os dados supracitados para propiciar uma leitura e interpretação integrada e comparativa considerando as publicações a partir do país, área de publicação e a abordagem adotada sobre a pobreza, utilizamos o *software Orange Canvas* na versão 3.35 para a produção da Figura 02 por meio da técnica t-SNE — técnica de redução de dimensionalidade² que permite a visualização de dados em dimensões menores (Van der Maaten & Hinton, 2008).

Figura 2

Redução de dimensionalidade das variáveis “País”, “Abordagem da pobreza” e “Área da Psicologia”



Nota. Figura elaborada pelos autores (2024).

² A redução de dimensionalidade é um processo usado para reduzir o número de variáveis em um conjunto de dados, preservando ao máximo suas características importantes. Deste modo sua utilização é útil em várias situações, das quais é possível citar a possibilidade de criar um campo de visualização de dados em dimensões menores (Van der Maaten & Hinton, 2008). Sendo assim, utilizamos a referida técnica — t-SNE — para criar o gráfico de distribuição de dados a partir das variáveis: país, área de publicação e a abordagem adotada para acerca da pobreza.

Com base na Figura 02, dos 27 artigos que adotam a perspectiva multidimensional, verificamos a seguinte distribuição: Brasil (n=21), Argentina (n=1), parceria entre Argentina e Espanha (n=1), parceria entre Brasil e Portugal (n=1), Portugal (n=1), Colômbia (n=1) e Chile (n=1). Ao analisarmos as áreas da Psicologia nos quais os referidos trabalhos se enquadram notamos a seguinte distribuição: Psicologia Social (n=11), Psicologia do Desenvolvimento (n=8), Psicologia Comunitária (n=5) e Psicologia da Educação (n=3). A seguir examinamos como essa distribuição se dá nas demais perspectivas acerca da pobreza.

Os artigos que adotam a abordagem generalista³ (n=25) estão distribuídos da seguinte forma: Brasil (n=12), Argentina (n=2), Portugal (n=2), Chile (n=2), México (n=2), Uruguai (n=2), Colômbia (n=1), Espanha (n=1) e Venezuela (n=1). No que diz respeito às áreas da Psicologia em que esses artigos se enquadram, a distribuição é a seguinte: Psicologia Social (n=11), Psicologia do Desenvolvimento (n=8), Psicologia Comunitária (n=3) e Psicologia da Educação (n=3).

Por sua vez, os artigos que adotam a abordagem monetária se dividem da seguinte forma: Colômbia (n=3), Argentina (n=2), México (n=2), Espanha (n=1), Portugal (n=1), Uruguai (n=1) e Porto Rico (n=1). Também foram identificadas parcerias entre Peru e Brasil (n=1), Brasil e Estados Unidos (n=1), Colômbia, Chile e Reino Unido (n=1), e Colômbia e México (n=1). No que concerne às áreas da Psicologia, os artigos foram classificados da seguinte maneira: Psicologia da Saúde (n=6), Psicologia Social (n=3), Psicologia da Educação (n=3) e Psicologia do Desenvolvimento (n=3).

Com base nos dados apresentados, observa-se que a Psicologia Social tem assumido um papel proeminente nas publicações relacionadas à pobreza. Essa constatação está alinhada aos achados apresentados por Galindo e Ardila (2012). Ao conduzirem uma investigação acerca das contribuições da Psicologia à compreensão da pobreza, os autores observaram que a Psicologia Social era responsável por 20% das publicações relacionadas à temática, seis pontos percentuais à frente da Psicologia do Desenvolvimento, a segunda área com maior número de publicações sobre o assunto. Em nossas análises, constatamos que a Psicologia Social foi responsável por 43,28% dos trabalhos publicados e a Psicologia do Desenvolvimento por 25,37%, dados esses que as posicionam como sendo as principais áreas com publicações sobre a temática.

O destaque da Psicologia Social no desenvolvimento de pesquisas acerca da questão da pobreza pode ser compreendido à luz do histórico da área, já que esse campo, historicamente, após o processo de redemocratização vivido pelo Brasil e outros países latino-americanos, tem se dedicado a problematizar diferentes fenômenos e processos sociais — como racismo, sexismo, exclusão, discriminação étnico-racial, sexual e de gênero, e desigualdade socioeconômica — e suas repercussões na vida das pessoas (Yamamoto, 2012). Essa observação também se mostra elucidativa ao notarmos a predominância dos países latino-americanos nas produções nesse campo.

Nesse sentido, e conforme proposto por Martín-Baró (1996), em sua construção teórica e prática, a Psicologia não deve negligenciar os diferentes fenômenos que integram o contexto social, cultural e histórico do meio ao qual as pessoas fazem parte, uma vez que esses fenômenos têm repercussões sobre suas produções e na vida dos indivíduos que integram esses espaços. Essa perspectiva crítica e com um maior engajamento em prol da emancipação humana se intensificou, no cenário brasileiro, com a sucessão de eventos que emergiram após a redemocratização do país e a implantação da Constituição Federal de 1988.

³ Trata a pobreza de forma ampla sem se ater às nuances e especificidades do fenômeno, ou seja, verifica-se uma tendência em apresentar a pobreza a partir de noções preconcebidas como se estivéssemos diante de um elemento homogêneo com sentido determinado socialmente (Dantas, Oliveira & Yamamoto, 2010).

Conforme relatado por Souza (2011), com o estabelecimento e consolidação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), a Psicologia Social passou a se envolver de maneira mais contundente com as temáticas sociais. Esse engajamento tornou-se mais robusto à medida que os profissionais da Psicologia intensificaram sua presença nesse campo de atuação. Dessa forma, considerando que os beneficiários dos serviços propostos pelas políticas públicas de assistência social seriam pessoas em situação de pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social, entre outras questões (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006), os psicólogos e psicólogas sociais passaram a problematizar e a refletir sobre essas temáticas de forma mais ativa (Mendes & Costa, 2018).

Ao analisarmos o modo como a pobreza tem sido abordada no campo da Psicologia, dos 67 trabalhos examinados, nota-se que em 25 deles, mesmo abordando as implicações da pobreza em alguma dimensão humana, não há uma apresentação ou definição precisa acerca do que se entende por pobreza. Esse fato nos permite verificar que, em uma parcela significativa dos artigos analisados, a temática é tratada de forma abstrata, sem a elaboração de uma problematização crítica e reflexiva sobre o assunto, restringindo-se à sua identificação apenas como característica dos participantes da pesquisa.

A operacionalização supracitada também foi identificada por Dantas, Oliveira e Yamamoto (2010), que, em um estudo bibliográfico, concluíram que a pobreza não é incorporada nos estudos desenvolvidos pela psicologia como um elemento central, mas apenas como um critério na seleção da amostra a ser investigada ou para a descrição do contexto da pesquisa.

Os pontos citados destacam que, em grande parte das pesquisas conduzidas pela Psicologia, a pobreza ainda é incorporada de forma abstrata, não ampliando o debate sobre o tema e assimilando-a apenas como uma característica populacional ou individual. Ao avançarmos na análise, observamos que, majoritariamente, a concepção multidimensional da pobreza foi empregada nos trabalhos publicados nas áreas da Psicologia Social (n=15), seguida pela Psicologia do Desenvolvimento (n=5) e Psicologia Comunitária (n=5).

Em decorrência da prevalência da concepção multidimensional da pobreza nos estudos, é possível constatar que, em parte das pesquisas desenvolvidas no campo da Psicologia, a pobreza tem sido assimilada não apenas em termos monetários. Isso indica que os pesquisadores buscam analisar o fenômeno de forma pluridimensional, reconhecendo suas repercussões em diferentes campos da vida dos indivíduos (Silva et al., 2021). A preferência por essa abordagem pode ser compreendida como resultante de proposições teóricas críticas, nas quais “o fenômeno da pobreza passa a ser compreendido em múltiplas dimensões, não apenas pela falta de dinheiro, ao considerar desigualdades de oportunidades, possibilidades e capacidades, o que abrange acesso aos serviços de educação, saúde, lazer, cultura, moradia, entre outros” (Abreu & Ximenes, 2021, p.1).

A partir dos artigos que adotam a concepção multidimensional da pobreza, percebe-se a construção de uma rede analítica que situa tal experiência como um ponto fundamental no processo de significação de si. Dentro dessa orquestração, destaca-se a relação entre a pobreza e a construção de uma identidade estigmatizada (Moura Junior & Ximenes, 2016), desvelando que a pobreza opera como uma prática de opressão que forja papéis sociais depreciativos. Corroborando essa perspectiva, Sicari et. al.(2015) denunciam como algumas instituições, por vezes, atuam na legitimação da desigualdade ao culpabilizar o sujeito por sua condição, tratando a pobreza como falta de esforço ou “preguiça”, o que agrava o sofrimento psíquico e a sensação de inexistência social. Diante desse cenário, o sofrimento psicossocial na pobreza é frequentemente mediado pelo fatalismo no qual a realidade é naturalizada e o horizonte de mudança é dificultado (Pinto & Paiva, 2021).

Mediante a extensão de seus efeitos, percebe-se que a pobreza também exerce uma pressão sobre as relações familiares. A esse respeito, Silva et al. (2021) e Silva et al. (2019)

sugerem que a pobreza multidimensional está fortemente associada a baixos níveis de resiliência familiar e níveis elevados de estresse parental. Em complementação, Richaud et al. (2013) evidenciam que o estresse associado à vulnerabilidade social, além de produzir efeitos nas relações familiares, também afeta as estratégias de enfrentamento, desencadeando impactos no campo emocional dos indivíduos.

Outro ponto relevante foi evidenciado por Ximenes et al. (2016); segundo os autores, há um contraste entre as experiências de pessoas em situação de pobreza que residem em contextos urbanos e rurais. Entre aqueles que habitam o território urbano, a dimensão psicológica da pobreza é mais intensa devido à comparação social e à desigualdade visível, fazendo com que indivíduos se sintam “mais pobres” do que os indivíduos que residem em contextos rurais, mesmo quando estes últimos possuem piores indicadores materiais. Nepomuceno et al. (2017) e Ximenes et al. (2020) reforçam que o contexto rural, apesar da pobreza material, apresenta maiores índices de bem-estar e sentimento de comunidade, posicionando as redes de apoio como amortecedores do sofrimento psicossocial.

Em continuidade, embora a complexidade desse fenômeno demande olhares atentos, os dados indicam que o engajamento da Psicologia na abordagem da pobreza e de seus impactos ainda é incipiente. É importante ressaltar que o interesse por essa problemática não atingiu um nível expressivo entre os pesquisadores, tanto no âmbito internacional quanto no nacional. Uma análise mais aprofundada da produção brasileira revela uma recorrência de autores, o que sugere que a produção substancial sobre o assunto está vinculada à existência de linhas e grupos de pesquisa específicos, dedicados de forma persistente a refletir sobre a temática.

Com vista em compreender tal situação, realizamos uma busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil⁴, plataforma vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse mapeamento, identificamos um total de 1.028 grupos de pesquisa associados à área da Psicologia, dos quais apenas sete grupos foram filtrados quando empregamos o descritor “pobreza”. Dentre esses, destaca-se o NUCOM - Identidade, Comunidade e Sustentabilidade, sob a liderança de Verônica Moraes Ximenes, e a Rede de Estudos e Afrontamentos das Pobrezas, Discriminações e Resistências (reaPODERE), liderada por James Ferreira Moura Junior.

Esses dados ressoam como relevantes, tendo em vista que ambos os grupos e seus líderes são responsáveis por um número substancial das publicações na área sobre a questão da pobreza no Brasil. Nesse ínterim, foi observada a presença de Ximenes e Moura Junior em 11 dos 36 artigos publicados por pesquisadores brasileiros, seja na condição de autor ou coautor. Ainda considerando o cenário brasileiro, destaca-se que o maior número de publicações decorre de pesquisadores localizados da região Nordeste do país. Este dado adquire relevância quando o correlacionamos às informações apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), uma vez que, historicamente, o Nordeste do Brasil tem sido caracterizado por apresentar um dos maiores índices relacionados à pobreza no país.

Sobre esse ponto, mostra-se pertinente a apresentação de um estudo realizado por Couto e Silva (2022) com os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2012 e 2019. Nele, as autoras indicam que, embora os dados revelem uma redução nas taxas de chefes de família que figuravam na condição de pobreza no cenário nacional — saindo de 21,14% em 2012 para 18,82% em 2019 —, essa diminuição não se deu de forma homogênea em todo o território nacional. As regiões que contribuíram diretamente para essa redução foram: o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste. Em contrapartida, as regiões Norte e Nordeste apresentaram um aumento no número de chefes de famílias na condição de pobreza, saindo de 11,65% em 2012 para 13,79% em 2019 e 48,13% em 2012 para 48,93% em 2019, respectivamente.

⁴ Pesquisa realizada no dia 24 de maio de 2023.

Frente a estes dados, destacam-se os percentuais apresentados pela região Nordeste e sua constante presença como a região com as maiores taxas de pobreza nacional. Sob esse quadro, é possível inferir que alguns pesquisadores dessa região estão engajados em refletir acerca da realidade social do território onde estão localizados, assim como buscam compreender como determinados fenômenos sociais impactam na vida das pessoas.

Com relação aos principais temas apresentados nos trabalhos analisados, percebe-se que a Psicologia Social tem se voltado majoritariamente para o entendimento de questões relacionadas aos direitos da criança e do adolescente em contexto de vulnerabilidade (Viana et al., 2022; Muñoz, 2021; Veiga & Loyola, 2020); os impactos da pobreza na trajetória educacional de jovens (Abreu & Ximenes, 2021; Feijó & Macedo, 2012); os efeitos psicológicos da pobreza (Castro & Bicalho, 2013; Galindo & Ardila, 2012; Palacios et al., 2017); e estudos relacionados à percepção social da pobreza em diferentes contextos (Sicari, Oliveira & Pereira, 2015; Amar et al., 2015).

Por sua vez, a Psicologia do Desenvolvimento tem se dedicado principalmente a investigações relacionadas aos efeitos da condição de pobreza no desenvolvimento dos indivíduos. Como exemplos, podem ser citados os estudos desenvolvidos por Marques e Sousa (2012), Imach et al. (2012), Álvarez et. al.(2015) e Betancourt et. al. (2012). Quando as análises são direcionadas para o campo da Psicologia Educacional, percebe-se uma construção de pesquisas dedicada a compreender a relação ou influência da condição de pobreza nos aspectos educacionais e escolares. Nesse sentido, os estudos apresentam como pontos centrais o desempenho escolar de estudantes em situação de pobreza (Korzeniowski et al., 2016; Diuk & Ferroni, 2012), bem como aspectos relacionados ao acesso e às expectativas que indivíduos em condição de pobreza têm em relação à educação (Palomar-Lever & Victorio-Estrada, 2017; Franco-Ortiz et al., 2016; Córdoba, 2014).

Em ato contínuo, a Psicologia Comunitária tem direcionado suas investigações para temáticas relacionadas ao bem-estar e ao sentimento de comunidade em contexto de pobreza (Barbosa et. al., 2021; Nepomuceno et al., 2017; Ximenes et al., 2019; Ríos-Rodríguez et. al., 2022) e ao papel das políticas públicas em contexto de pobreza (Wiesenfeld & Sánchez, 2012; Ximenes et. al., 2015). Por último, mas não menos importante, o campo da Psicologia da Saúde tem se dedicado à compreensão da relação existente entre o estresse e a condição de pobreza (Mels, 2012; Silva et al., 2019), dos níveis de bem-estar e satisfação de pessoas em situação de pobreza (Saucedo, 2015; Rusinque et. al., 2017), e do perfil de personalidade daqueles que intervêm na situação de pobreza (Gonçalves & Luján, 2013).

Diante desse panorama, observa-se que as temáticas se mostram diversificadas, e por vezes a vinculação com a questão da pobreza é estabelecida como elemento secundário. Nesse contexto, a pobreza não aparece como objeto central da investigação, mas sim como um elemento subjacente. Além disso, alguns trabalhos surgem como estudos pontuais dos autores, não refletindo, necessariamente, um interesse a longo prazo pela temática, conforme também verificado por Dantas et. al. (2010).

As reflexões apresentadas demonstram a relevância de investigações que superem concepções generalistas acerca da pobreza, uma vez que pensar e articular políticas públicas e ações transformadoras exige focar em experiências e seres humanos concretos. Percebe-se, igualmente, a necessidade de um engajamento contínuo da Psicologia na problematização dessa questão, com foco na ampliação de conhecimentos e práticas que visem a atender, efetivamente, às demandas da população em condição de empobrecimento. Assim, é fundamental ultrapassar as análises pautadas meramente na dimensão econômica, visto que os impactos da pobreza na vida das pessoas manifestam-se de forma multifacetada.

4. Considerações Finais

Os resultados obtidos demonstram que, entre 2012 e 2022, a maior parte dos estudos no campo da Psicologia sobre pobreza foram conduzidos por pesquisadores de países latino-americanos, especialmente do Brasil. A Psicologia Social lidera em volume de publicações sobre o tema, seguida pela Psicologia do Desenvolvimento. Notou-se também uma preferência pela abordagem multidimensional, indicando que os pesquisadores concebem a pobreza como um fenômeno complexo e não apenas como uma questão monetária.

Contudo, uma parcela expressiva dos artigos analisados aborda a pobreza de forma superficial, tratando-a meramente como uma característica populacional ou critério de seleção amostral. Tal constatação sugere que o fenômeno ainda não é trabalhado como objeto central de investigação, mas sim como um aspecto secundário da realidade estudada. Destaca-se, outrossim, que a produção brasileira reflete, em grande medida, o interesse de grupos de pesquisa específicos, enquanto as demais publicações configuram-se como iniciativas isoladas.

Esses achados corroboram pesquisas anteriores, como as de Dantas et. al. (2010) e Mendes e Costa (2018), que já apontavam a escassez de investigações aprofundadas sobre a questão da pobreza nas produções da Psicologia. A necessidade de rigor teórico e discursivo na abordagem da pobreza permanece evidente, pois, embora seja um tema recorrente, ainda demanda aprofundamento e debate crítico. Como afirma Bock (2004), o ser humano e sua produção psicológica estão intrinsecamente ligados ao contexto social e suas especificidades, reforçando que o conceito de “pobreza” deve ser mais do que um critério amostral — uma tendência observada em vinte e cinco dos sessenta e sete trabalhos analisados.

A Psicologia, enquanto ciência e profissão comprometida com a promoção dos direitos e da cidadania, deve fomentar reflexões que possibilitem uma abordagem crítica da realidade social dos indivíduos atendidos. Tal perspectiva permite compreender as raízes históricas da pobreza como um fenômeno social que impacta a existência e a saúde mental das pessoas. Essa postura crítica pode contribuir para o desenvolvimento de um atendimento humanizado e contextualizado, ancorado nas vivências dos indivíduos em situação de vulnerabilidade — com destaque em nosso estudo, aqueles em condição de pobreza econômica.

Considerando que a pobreza afeta significativamente a vida social, material e psicológica, torna-se essencial ampliar as investigações sobre seus impactos e possíveis caminhos de superação, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas submetidas a tal condição. Além disso, a área clínica, que apresenta o maior contingente de profissionais da Psicologia no Brasil, carece de estudos específicos voltados para a compreensão e intervenção nos efeitos da pobreza. Dados recentes, como os do CensoPsi 2022, reforçam a relevância de pesquisas clínicas para apoiar essa demanda crescente.

Por fim, recomenda-se que futuros pesquisadores ampliem as bases de dados consultadas, incluindo teses e dissertações, para propiciar um maior aprofundamento na compreensão da abordagem da pobreza na Psicologia; bem como ressalta-se a urgência de que novos núcleos de investigação na Psicologia se dediquem à temática, fomentando a produção de conhecimento e o adensamento teórico sobre a pobreza nos cenários nacional e internacional. Tal movimento não apenas fortalece a Psicologia enquanto ciência, mas também instrumentaliza os profissionais para a promoção de intervenções em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, os quais caracterizam e atravessam a existência de um número considerável da população.

Referências

- Abreu, M. K. de A., & Ximenes, V. M. (2021). Pobreza, permanência de universitários e assistência estudantil: uma análise psicossocial. *Psicologia USP*, São Paulo, 32, (e200067), 1-11. <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200067>
- Álvarez, M. P. S., Besoain, C., & Escobar, M. J. (2015). Monoparentalidad, trabajo materno y desarrollo psicomotor infantil: Un estudio chileno en niños que asisten a salas cuna en contexto de pobreza. *Universitas Psychologica*, 14(2), 675-684. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.upsy14-1.mtmd>
- Amar, J. A., Llanos, R. A., González, M. M., Agamez, E. M., Peña, O. C., & Romero, F. A. C. (2015). Beliefs about poverty related to social categorization in childhood. *SUMA PSICOL*, Bogotá, 22(1), 9-17. <https://doi.org/10.1016/j.sumpsi.2015.05.002>
- Baima, L. S., & Guzzo, R. S. L. (2019). Psicologia e questão social: considerações sobre projetos políticos da Psicologia Comunitária ao longo de sua trajetória histórica no Brasil. *Psicologia Política*, São Paulo, 19(44), 65-77. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1519549X2019000100008
- Barbosa, V. N. M., Moura, J. F., Jr., & Ximenes, V. M. (2021). Relações comunitárias de mulheres em situação de pobreza no interior do Nordeste brasileiro. *PsicolArgum*, 39 (107), 1077-1105. <http://dx.doi.org/10.7213/psicolargum39.107.AO04>
- Betancourt, H. Y. R., Verbel, L. G., & Solano, N. D. P. Y. (2012). Factores personales que influyen en el desarrollo de la resiliencia en niños y niñas en edades comprendidas entre 7 y 12 años que se desarrollan en extrema pobreza. *International Journal of Psychological Research*, Medellín, 5(2), 98-107. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=299025051011>
- Bock, A. M. B. (2004). A perspectiva histórica da subjetividade: uma exigência para a psicologia atual. *Psicologia para a América Latina*, 1(2), 1-10. Recuperado de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2004000100002
- Borges Neto, J. M. (2011). Ruy Mauro Marini: dependência e intercâmbio desigual. *Crítica Marxista*, São Paulo, 33, 83-104. Recuperado de <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/cma/article/view/19316>
- Castro, A. C. de, & Bicalho, P. P. G. de. (2013). Juventude, Território, Psicologia e Política: Intervenções e Práticas Possíveis. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33 (núm. esp.), 112-123. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/t5LGt5yrjNHD8K7XdhFLXQN/abstract/?lang=pt>
- Chancel, L., Piketty, T., Saez, E., & Zucman, G. (2022). *World Inequality Report 2022*. Paris: World Inequality Lab. Recuperado de https://wir2022.wid.world/world-website/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf
- Imach, S. C., Silvina, V. C., Mejail, S., & Hormigo, K. (2012). Habilidades sociais, isolamento e comportamento antisocial em adolescentes em contextos de pobreza. *Acta Colombiana de Psicología*, Bogotá, 15(1), 11-20. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79824560002>
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). (2023). *CensoPsi 2022: Quem faz a Psicologia Brasileira? Um olhar sobre o presente para construir o futuro*. Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/12/Censo_psicologia_Voll-1.pdf

- Córdoba, C. (2014). La elección de escuela en sectores pobres: Resultados de un estudio cualitativo. *Psicoperspectivas*. 13(1), 56-67. <http://dx.doi.org/10.5027/psicoperspectivas-Vol13-Issue1-fulltext-301>
- Correia, A. M. B., & Dantas, C. N. C. B. (2017). O Fazer Psicológico na Ditadura Civil Militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*. 37(núm. esp.), 71-81. <https://doi.org/10.1590/1982-3703050002017>
- Couto, A. C. L., & Silva, C. da (2022). Pobreza, escolaridade e formas de inserção no mercado de trabalho: uma análise para o Brasil nos anos de 2012 e 2019. *Revista Orbis Latina*, 12 (1), 67-82. Recuperado de <https://revistas.unila.edu.br/orbis/article/view/3042/2896>
- Crespo, A. P., & Gurovitz, A. E. (2002). A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*. 1(2), 1-12. <https://doi.org/10.1590/S1676-56482002000200003>
- Dantas, C. M. B., Oliveira, I. F., & Yamamoto, O. H. (2010). Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 104-11. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822010000100013>
- Diuk, B., & Ferroni, M. (2012). Dificultades de lectura en contextos de pobreza: ¿un caso de Efecto Mateo? *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional*. 16(2), 209-217. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pee/a/56SLssvhWdG78rjnZ7pNm7n/?lang=es&format=pdf>
- Feijó, M. R., & Macedo, R. M. S. de. (2012). Família e projetos sociais voltados para jovens: impacto e participação. *Estudos de Psicologia*, 29,(2), 193-202. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2012000200005>
- Fiocruz. (2020). *Desigualdade social e econômica em tempos de Covid-19*. Recuperado de <https://fiocruz.br/noticia/2020/05/desigualdade-social-e-economica-em-tempos-de-covid-19>
- Fraga, L. (2024). *Brasil registrou maior número de denúncias de trabalho escravo da história em 2023, diz governo*. G1, Brasília, 5 jan. 2024. Recuperado de <https://g1.globo.com/politica/noticia/2024/01/05/brasil-registrou-maior-numero-de-denuncias-de-trabalho-escravo-da-historia-em-2023-diz-governo.ghtml>
- Franco-Ortiz, M. (2016). Educacion subgraduada y pobreza: investigacion y reflexiones en torno al acceso y retencion de estudiantes con desventaja socioeconômica. *Revista Puertorriqueña de Psicología*, 27(2), 242-258. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2332/233247620004.pdf>
- Fregonezi, R. M. C., & Priori, Â. (2017). A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. VIII Congresso Internacional de História -VIII CIH: Centenários de 1917-2017, *Anais da XXII Semana de História*, Maringá, PR, Brasil, 2467 – 2474.
- G1 MA. (2020). *MPT aponta que o Maranhão continua sendo o maior fornecedor de mão de obra escrava do Brasil*. G1, São Luís, 28 jan. 2020. Recuperado de <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/01/28/mpt-aponta-que-o-maranhao-continua-sendo-o-maior-fornecedor-de-mao-de-obra-escrava-do-brasil.ghtml>
- Galindo, O., & Ardila, R. (2012). Psicología y pobreza. Papel del locus de control, la autoeficacia y la indefensión aprendida. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30, (2), 381-407. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/799/79924881013.pdf>
- Gonçalves, C. G., & Luján, B. O. (2013). Personalidad y afrontamiento en voluntarios peruanos de lucha contra la pobreza. *Revista de Psicología*, Lima, 31(1), 67-98. Recuperado de http://www.scielo.org.pe/scielo.php?pid=S0254-92472013000100003&script=sci_abstract

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2023). *Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2023*. Rio de Janeiro: IBGE. Recuperado de <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102052.pdf>
- Korzeniowski, C., Cupani, M., Ison, M., & Difabio H(2016). Rendimiento escolar y condiciones de pobreza: el rol mediador de las funciones ejecutivas. *Electronic Journal of Research in Educational Psychology*, Mendoza, 14(3), 474-494. <http://dx.doi.org/10.14204/ejrep.40.15152>
- Lopez, L. R. (1983). *História do Brasil colonial*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado aberto.
- Luce, M. S. (2018). *Teoria Marxista da Dependência: Problemas e categorias uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular.
- Marques, F. D., & Sousa, L. (2012). Integridade Familiar: Especificidades em Idosos Pobres. *Paidéia, Ribeirão Preto*, 22(52), 207-216. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2012000200007>
- Martín-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 2(1), 7-27. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/epsic/a/T997nmKHfd3FwVQnWYYGdqj/?format=pdf>
- Martín-Baró, I. (2011). Para uma psicologia da Libertação. In: Guzzo, R. S. L., & Lacerda Jr, F. *Psicologia Social para a América Latina: o resgate da Psicologia da Libertação*. 2. ed. Campinas: Editora Alinea.
- Martins, J. de S. (2012). *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história da modernidade anômala*. 3. ed. São Paulo: Contexto.
- Mels, C. (2012). Entre pobreza y violencia: ¿cómo afectan los estresores diarios y la violencia a adolescentes en zonas de guerra?. *Ciencias Psicológicas*, 6(2), 111-122. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/4595/459545417002.pdf>
- Mendes, K. T., & Costa, P. H. A. (2018). Psicologia e pobreza no Brasil: Histórico, produção de conhecimento e problematizações possíveis. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, 18, (4), 1-9. Recuperado de <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/42227/29297>
- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2006). Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas para o centro de Referência de Assistência Social*. Versão Preliminar. Brasília.
- Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024). *Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (Disque 100)*. Brasília: MDHC. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>
- Moraes, R. F. (2013). Uma pena de ouro para a Abolição: a lei do 13 de maio e a participação popular. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, 33(66), 49-69. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882013000200004>
- Moura Júnior, J. F., & Ximenes, V. M. (2016). A identidade social estigmatizada de pobre: uma constituição opressora. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 1, p. 76-83, 2016. <https://doi.org/10.1590/1984-0292/1051>
- Muñoz, D. L. (2021). Experiencias de vulneración de niñas de una residencia de protección de Santiago de Chile. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, 29(3) 1-15. <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2021v29n371097>

- Nepomuceno, B. B., Barbosa, M. S., Ximenes, V. M., & Cardoso, A. A. V. (2017). Bem-Estar Pessoal e Sentimento de Comunidade: um estudo psicossocial da pobreza. *Psicologia em Pesquisa*, Juiz de Fora, 11(1), 74-83. <https://doi.org/10.24879/2017001100100214>
- Neri, M. C. (2023). *Mapa da Nova Pobreza*, Rio de Janeiro: FGV Social. Recuperado de <https://cps.fgv.br/pesquisas/mapa-da-nova-pobreza>
- Nery, P. F. (2024). *Extremos: Um mapa para entender as desigualdades no Brasil*. Zahar.
- Neves, F. (2022). Estado e autoritarismo na América Latina: as concepções de Ruy Mauro Marini e Guillermo O'Donnell. *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, 22, 1-11. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2022.1.41378>
- Nogueira, I. B. (2011). O Corpo Negro: Sentidos e Significados. *Revista do Núcleo de Estudos Afro-Asiáticos da UEL*. Londrina, 1(1), 10-13. Recuperado de <https://www.poscritica.uneb.br/wp-content/uploads/2021/01/OLIVEIRA-Maria-Anoria-de-Jesus.-Raca-e-genero.pdf>
- Organização das Nações Unidas. (2021), 7 de outubro). *1,3 bilhão de pessoas vivem na pobreza; grupos étnicos e mulheres são os mais afetados*. Recuperado de <https://news.un.org/pt/story/2021/10/1765812>
- Padrós, E. S. (2017). América Latina: Ditaduras, segurança nacional e terror de estado. *História & Luta de Classes*, (43), 43-49. Recuperado de <https://dev.historiaelutadeclases.com.br/upload/arquivo/2017/11/5b2543f8edbbd140abe2a3b3f859f08d7163e89f>
- Palacios, F. F., Rodríguez, A. L., Vázquez, E. D. P., Basulto, A. M. T., & Gallegos, I. R. (2017). Adversity in paradise: vulnerabilities and gender in the Yucatan coast. *Revista Tesis Psicológica*, Bogotá, 12, (2), 54-71. Recuperado de https://www.redalyc.org/pdf/1390/Resumenes/Resumen_139057274005_1.pdf
- Palomar-Lever, J., & Victorio-Estrada, A. (2017). Expectativas educativas de adolescentes mexicanos en condiciones de pobreza. *Revista de Psicología*, Santiago, 26 (1), 1-11. <http://dx.doi.org/10.5354/0719-0581.2017.46393>
- Pereira, C. P. (2006). A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. *Ser Social*, Brasília, n.18, p. 229-252. https://doi.org/10.26512/ser_social.v0i18.12996
- Pinto, M. de A., & Paiva, F. S. de (2021). O fatalismo no cotidiano da pobreza: do individualismo forjado ao horizonte coletivo. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 26, n. 2, p. 185-196, abr./jun. <https://doi.org/10.22491/1678-4669.20210018>
- Richaud, M. C., Mestre, M. V., Lemos, V., Tur, A., Ghiglione, M., & Samper, P. (2013). La influencia de la cultura en los estilos parentales en contextos de vulnerabilidad social. *Avances en Psicología Latinoamericana*, Bogotá, v. 31, n. 2, p. 419-431, 2013. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/799/79928611009.pdf>
- Rios, A. M., & Mattos, H. M. (2004). O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, Rio de Janeiro, 5(8), 170-198. <https://doi.org/10.1590/2237-101X005008005>
- Ríos-Rodríguez, M. L., Moreno-Jiménez, P., & Vallejo Martín, M. (2022). Atribuciones de la pobreza: efectos en la comunidad. *Psicumex*, 12(e446). 1-29 <https://doi.org/10.36793/psicumex.v12i1.446>

- Rosa, D. de F. C., Amaral, R. G. do, & Melo, J. J. P. (2020). A construção histórica do conceito de América Latina: desvendando uma identidade. *Revista Percurso – NEMO*, 12(2), 23-43. Recuperado de <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Percurso/article/view/57173>
- Rusinque, A. A. C., Cortés-Peña, O. F., & Monsalvo, M. C. (2017). Relaciones funcionales entre salud mental y capital social en víctimas del conflicto armado y personas en situación de pobreza. *Interdisciplinaria*, Buenos Aires, 34(2), 235-257. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/180/18054403001.pdf>
- Santos Junior, V. D. dos (2020). A América Latina em disputa: História e historiografia de uma polêmica. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, São Paulo, n.29, p. 369-408. <https://doi.org/10.46752/anphlac.29.2020.3916>
- Saucedo, M. M. (2015). Bienestar Subjetivo y Depresión en Mujeres y Hombres Adultos Mayores Viviendo en Pobreza. *Acta de Investigación Psicológica*, Cidade do México, 5(1), 1815-1830. Recuperado de https://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2007-48322015000101815
- Sen, A. (2018). *Desenvolvimento como liberdade*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras.
- Sicari, A. A., Oliveira, T. R. de, & Pereira, E. R. (2015). Grupos de discussão no CRAS: problematizando a pobreza e seus desdobramentos. *Revista da SPAGESP*. 16(2), 88-101. Recuperado de https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000200008
- Silva, C. V. P. da (2013). Psicologia Latino-Americana: Desafios e Possibilidades. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, 33, (núm. esp.), 32-41. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/pcp/a/Tm46SRtz6SVcpM7TnYBwydp/?lang=pt&format=pdf>
- Silva, I. de C. P. da, Cunha, K da C., Ramos, E. M. L. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. da C. (2019). Estresse parental em famílias pobres. *Psicologia em Estudo*, 24 (e40285), 1-17. <https://doi.org/10.4025/1807-0329e40285>
- Silva, I. de C. P. da, Cunha, K da C., Ramos, E. M. L. S., Pontes, F. A. R., & Silva, S. S. da C. et al. (2021). Family resilience and parenting stress in poor families. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 38, e190116, p. 1-12. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202138e190116>
- Siqueira, M. da P. S. (2009). Pobreza no Brasil colonial: Representação social e expressões da desigualdade na sociedade brasileira. *Revista Eletrônica do Arquivo Público de São Paulo*, 34, 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092000000100009>
- Souza, R. F. de (2011). *Psicologia e Políticas Públicas de Assistência Social: Práxis Emancipatória ou Administração Social?* (Tese de Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Van der Maaten, L., & Hinton, G. (2008). Visualizing data using t-SNE. *Journal of Machine Learning Research*, 9, 2579–2605. Recuperado de <https://www.jmlr.org/papers/volume9/vandermaaten08a/vandermaaten08a.pdf>
- Veiga, M. V. A., & Loyola, V. M. Z. de (2020). Escolher é Ser Escolhida: Meninice, Pobreza e Casamento Infantil no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, 36, (núm. esp.), 1-10. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e36nspe18>
- Viana, H. da C., Calegare, F. P. P., Therense, M., Silva, I. R. da, & Neves, A. L. M. das (2022). Os direitos da criança e do/a adolescente segundo profissionais da área infanto-juvenil do judiciário. *Psicologia & Sociedade*, 34(e263561), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2022v34263561>

- Wiesenfeld, E., & Sánchez, E. (2012). Participación, Pobreza y Políticas Públicas: 3P que Desafían la Psicología Ambiental Comunitaria (El caso de los Concejos Comunales de Venezuela). *Psychosocial Intervention*, Madrid, 21(3), 225-243. <https://dx.doi.org/10.5093/in2012a21>
- Ximenes, V. M., Cidade, E. C., & Nepomuceno, B. B. (2015). Psicología comunitaria y expresiones psicosociales de la pobreza: contribuciones para la intervención en políticas públicas. *Universitas Psychologica*, Bogotá, 14(4), 15-28. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.up14-4.pcep>
- Ximenes, V. M., Filho, C. E. E., Xavier, N. F., & Monteiro, M. N. B. P. (2020). Relações entre pobreza e bem-estar em comunidades rurais do Brasil. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, v. 10, n. 1, p. 101-124, maio/out. <https://doi.org/10.26864/pcs.v10.n1.5>
- Ximenes, V. M., Moura, J. F., Jr., Cruz, J. M., Silva, L. B. da, & Sarriera, J. C. (2016). Pobreza multidimensional e seus aspectos subjetivos em contextos rurais e urbanos nordestinos. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 21, n. 2, p. 146-156, abr./jun. <https://doi.org/10.5935/1678-4669.20160015>
- Ximenes, V. M., Silva, A. M. S., Filho, C. E. E., Câmara, A. E., & Clarindo, J. M. (2019). Sentimento de Comunidade e Pobreza Rural no Nordeste, Norte e Sul do Brasil. *Revista Subjetividades*, 19(1), 7923-7936. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.RS.V0I0.E7923>
- Yamamoto, O. H. (2012). 50 anos de Profissão e Responsabilidade Social ou Projeto Ético-Político?. *Psicologia: Ciencia de Profissão*, Brasília, 32(núm. esp.), 6-17. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932012000500002>

Informações complementares

Recebido em: 10/12/2024

Aceito em: 17/03/2026

Publicado em: 29/05/2026

Editoras responsáveis: Dra. Cristiane Davina Redin Freitas, Dra. Leticia Lorenzoni Lasta e Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa.

Autor correspondente: Ueliton André dos Santos Silva.

Email: ueliton_andre@hotmail.com

Conflito de interesses: Os autores declaram não haver conflitos de interesse.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) — concessão de bolsa de doutorado ao primeiro autor.

Contribuição dos autores: Ueliton André dos Santos Silva: Conceitualização; Análise de dados; Pesquisa; Metodologia; Redação do manuscrito original e Redação – revisão e edição. Elza Maria Techio: Conceitualização, Metodologia, Supervisão, Revisão crítica.

Dados dos autores:

- *Ueliton André dos Santos Silva*. Bolsista CAPES. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia ofertado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Graduado em Psicologia pela Faculdade Regional da Bahia (UNIRB). Integrante do Grupo de Estudos em Resiliência, Educação e Linguagens - GEREL/CNPq-UNEB.

- *Elza Maria Techio*. Doutora em Psicologia Social pela Universidade do País Basco, Espanha. Atualmente é Professora Associada IV no Instituto de Psicologia e Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA). É membro da Rede Ibero-Latinoamericana de Psicologia Social (REDEPS) e da Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Psicologia Social (ADEPS), além de integrar o comitê gestor do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Observatório Nacional dos Preconceitos (INCT-Preconceitos).